

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II – Exame de Coincidências

1.º ANO – DIA | TURMA A | 21 de julho de 2022

Duração da prova: 90 minutos

Coordenação e regência: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa

**Colaboração: Professora Doutora Catarina Salgado; Dr. Dinis Braz Teixeira; Dr.^a
Dina Freitas Teixeira**

Critérios de Correção

I

1. Nesta questão, o aluno deverá, pelo menos:

- i) identificar o problema interpretativo de aplicação do artigo 1682.º/3, alínea a);
- ii) Analisar e ponderar o contributo de todos os elementos e critérios de interpretação presentes no artigo 9.º/1 do Código Civil, partindo do elemento literal, para os elementos lógicos;
- iii) Verificar a (in)existência de um “mínimo de correspondência verbal” de acordo com o artigo 9.º/2 do Código Civil entre “casamento” e “união de facto”;
- iv) Discutir a possibilidade de uma interpretação extensiva ou de uma aplicação analógica através de uma tomada de posição fundamentada, ponderando os limites da interpretação extensiva;
- v) Ponderar a identificação de uma lacuna e a sua integração, em articulação com o artigo 11.º do Código Civil;
- vi) Valorização da concreta ponderação dos vários elementos interpretativos fornecidos e tomada de posição justificada por aplicação analógica do regime dos cônjuges ou eventual negação da sua aplicação.

2. Nesta questão, o aluno deverá, pelo menos:

- i) identificar o problema de aplicação da lei no tempo e os princípios gerais aplicáveis;
- ii) Enunciar a regra da sobrevigência da Lei Antiga presente no artigo 12.º/2, 1ª parte quanto à questão da forma do contrato de arrendamento, no que diz respeito à alteração das condições de validade formal pela Lei Nova;
- iii) Ponderar a aplicação do regime de retroatividade *in mitius* para as denominadas “leis confirmativas”, e respetivos pressupostos;

- iv) Discutir a questão do exercício do direito de preferência, e concluir pela aplicação do regime especial de leis sobre prazos no tempo do artigo 297.º/1, *in fine* do código civil.

II

Comente **duas** das seguintes afirmações:

- 1) O aluno deverá definir as duas figuras, e pronunciar-se sobre a delimitação conceptual das figuras no âmbito da interpretação e da integração de lacunas, o seu alcance e efeitos.

- 2) Nesta questão, o aluno deverá, pelo menos abordar o conceito de sistema normativo e as suas principais concepções, justificando à luz da concepção adotada, a inclusão ou exclusão dos princípios jurídicos. Deve delimitar as principais modalidades dos princípios jurídicos, e identificar a distinção entre norma-regra e norma-princípios.

- 3) O aluno deve enquadrar a afirmação na matéria de aplicação da lei no tempo e confrontá-la com a solução legal do artigo 12.º/2, 2.º parte. Apresentando a especificidade do “estatuto contratual”, deve discutir a relevância da autonomia privada nos problemas de aplicação da lei no tempo e tomar uma posição fundamentada sobre a adesão ou rejeição à afirmação apresentada.

Cotação: I 10 v. (5v. cada); II 8 v. (4 v. cada); Ponderação Global: 2v.